



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 20/XI/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de Março de 2010, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 12 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - Audição de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, para debater os temas inscritos na agenda do Conselho Europeu que se realizará, em Bruxelas a 25 e 26 de Março de 2010.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Vitalino Canas, iniciou os trabalhos, dando as boas-vindas a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE), Dr. Pedro Lourtie, a quem passou a palavra de imediato.

O Sr. SEAE agradeceu o convite para debater com os Srs. Deputados da CAE as matérias que constam da agenda do Conselho Europeu que terá lugar em Bruxelas, nos dias 25 e 26 de Março, que são, essencialmente, duas:

1. Nova estratégia europeia para o crescimento e o emprego: Com base na comunicação da Comissão intitulada "Europa 2020", o Conselho Europeu será convidado a chegar a acordo sobre o quadro geral da nova estratégia da União para o crescimento e o emprego. Em particular, será convidado a ultimar a governação da estratégia e a acordar num número restrito de objectivos quantitativos a nível da UE que posteriormente serão traduzidos em objectivos nacionais diferenciados.
2. Seguimento da Conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas: O Conselho Europeu avaliará a situação dos trabalhos no que respeita ao seguimento da Conferência de Copenhaga, quer no tocante ao processo de negociação internacional, quer às relações da União com os seus parceiros estratégicos.

Além disso, um tema central que será discutido no jantar do dia 25 tem a ver com a situação financeira e económica na Grécia, designadamente o apoio e solidariedade da União Europeia (UE) para com este Estado-Membro.

No período de debate, intervieram os Srs. Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Carlos Costa Neves (PSD), Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), Cecília Honório (BE) e João Serpa Oliva (CDS-PP).

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte

1. Apreciação da resposta ao questionário relativo ao XIII Relatório Bianual da COSAC;

O Sr. Presidente da CAE referiu-se à proposta de resposta preparada para o questionário para o 13º relatório bianual da COSAC, apelando à compreensão dos Srs. Deputados para o facto de esta ter sido distribuída com relativamente pouca antecedência, o que se deveu à extensão do próprio questionário.

No entanto, e dado que o prazo para envio destas respostas à COSAC é o dia 24 de Março, solicitou aos Srs. Deputados que tivessem sugestões a apresentar ao documento que o fizessem até às 18h desse dia junto dos Serviços de Apoio à Comissão.

2. Apresentação, apreciação e votação dos Pareceres da CAE, elaborados no âmbito do processo de escrutínio das Iniciativas Europeias, relativos às seguintes Iniciativas:

- PE-CONS 1/10 - Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros para uma Directiva do PE e do Conselho relativa aos direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal;

O Parecer sobre esta proposta foi elaborado pela Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS), que foi igualmente Relatora da mesma iniciativa na Comissão de

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG), onde o parecer foi aprovado por unanimidade, a 5 de Março.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes chamou a atenção para o facto de que, já após a sua designação como relatora do documento em análise, foi enviada à Assembleia da República a iniciativa da Comissão Europeia COM (2010) 82 final - *Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o direito à interpretação e à tradução em processos penais* - aparentemente, de conteúdo diverso ao da presente iniciativa. A mesma deverá ser, assim, objecto de parecer autónomo até ao final do mês de Abril.

Como tal, recordando ainda que o Sr. Secretário da Justiça foi ouvido sobre estas matérias em audição conjunta com a CAE e a CACDLG, a Sra. Deputada sugeriu que fosse solicitado ao Governo que informasse, por escrito, a AR sobre a sua posição relativamente a este processo, designadamente sobre as duas propostas em discussão (Iniciativa dos Estados-Membros e nova proposta da Comissão).

Esta sugestão foi acolhida pelos restantes GPs.

O parecer foi aprovado por unanimidade, com a presença do PS, PSD, CDS-PP e BE.

PE-CONS 2/10 - Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros tendo em vista a adopção de uma Directiva do PE e do Conselho relativa à decisão europeia de protecção.

O parecer sobre esta proposta foi apresentado pela Sra. Deputada Cecília Honório, que começou por agradecer a colaboração dos Serviços de Apoio à Comissão de Assuntos Europeus na elaboração do mesmo.

Relativamente a esta *Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros tendo em vista a adopção de uma Directiva do PE e do Conselho relativa à decisão europeia de protecção*, o parecer considera que não há a violação do princípio da subsidiariedade.

A Assembleia da República prosseguirá o acompanhamento do processo legislativo referente à citada Proposta de Directiva, nomeadamente através de troca de informação com o Governo, bem como da cooperação com outros Parlamentos nacionais que se pronunciem sobre a matéria.

O parecer foi aprovado por unanimidade, com a presença do PS, PSD, CDS-PP e BE.

3. Apresentação, apreciação e votação do Parecer da CAE, elaborado no âmbito do processo de escrutínio das iniciativas europeias - COM (2009) 622 - Livro Verde relativo a uma iniciativa de cidadania europeia.

O parecer sobre o Livro Verde relativo a uma iniciativa de cidadania europeia foi elaborado pelo Sr. Deputado Miguel Vale de Almeida (PS) mas, em função da sua ausência, foi apresentado pela Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) começou por afirmar que, após troca de impressões com o Deputado autor do Parecer e com o Sr. Presidente da Comissão, e na sequência do debate havido na manhã do dia 23 de Março sobre esta Iniciativa, por ocasião do Seminário *Os cidadãos e o Tratado de Lisboa*, seria importante que, antes de CAE se pronunciar sobre o parecer em concreto, pudesse debater as implicações decorrentes de todo este processo.

Com efeito, a Comissão Europeia deverá apresentar no próximo dia 30 a sua avaliação do processo de consulta desencadeado por este Livro Verde e, possivelmente, a sua Proposta de Regulamento sobre esta matéria. De facto, o período extremamente curto que a Comissão Europeia definiu para a consulta pública (de Novembro de 2009 a 31 de Janeiro de 2010) sobre uma matéria tão sensível e importante, tornou difícil que a AR pudesse debater a questão com a profundidade que esta exige. Deste modo, a Sra. Deputada sugeriu aos Srs. Deputados que seja enviado um relatório preliminar, mas que deixe em aberto a possibilidade de a AR voltar a pronunciar-se sobre esta matéria, após debate mais aprofundado.

O Sr. Presidente da CAE começou por sublinhar que, como o prazo fora já ultrapassado, a influência nesta fase seria já diminuta. Por outro lado, há muitas questões importantes que são identificadas no Parecer e que justificam uma análise mais aprofundada em sede de Comissão, possivelmente numa reunião exclusivamente dedicada a este ponto. Como tal, o Sr. Presidente sugeriu que não fosse apreciado nem votado o Parecer apresentado, mas que fosse enviada a S. Exa. o Presidente da AR um ofício dando conta do debate inicial havido na CAE sobre esta matéria e citando as conclusões do Parecer, no seguintes termos:

"Em face do exposto, a Comissão de Assuntos Europeus considera que:

- 1. O Livro Verde relativo a uma iniciativa de cidadania europeia apresenta algumas boas soluções para a regulamentação da iniciativa, mas a Comissão deverá ter em atenção não criar demasiados requisitos que tornem o processo de difícil adesão;*
- 2. A Regulamentação deverá ser produzida com celeridade, no sentido de permitir quanto antes a possibilidade dos cidadãos participarem no processo legislativo europeu;*
- 3. Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído, pese embora a intenção da CAE de analisar a proposta de regulamentação que a Comissão venha a apresentar."*

No debate que seguiu, intervieram os Srs. Deputados Ana Catarina Mendes (PS), Carlos Costa Neves (PSD), João Serpa Oliva (CDS-PP), que manifestaram a sua concordância com a sugestão apresentada.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) questionou o foco do escrutínio: a pronúncia da AR deverá incidir sobre o Livro Verde ou sobre a Proposta de Regulamento da Comissão Europeia?

A Dra. Deputada Cecília Honório (BE) manifestou as reservas do BE sobre a solução apresentada.

O Sr. Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) aproveitou para felicitar o Sr. Presidente da CAE pelo sucesso do Seminário *Os Cidadãos e o Tratado de Lisboa*, agradecendo igualmente aos Serviços de Apoio à CAE pela colaboração na organização do mesmo.

Assim sendo, será enviado pelo Presidente da CAE um ofício a S. Exa. PAR com o teor acima descrito.

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Março 2010.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos Páscoa Gonçalves
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: